

MEMÓRIA E DITADURA EM *K. RELATO DE UMA BUSCA*, DE BERNARDO

KUCINSKI

*MEMORY AND DICTATORSHIP IN K. RELATO DE UMA BUSCA, BY
BERNARDO KUCINSKI'S*Luiza Gomes dos Santos Bessa¹Renata Farias de Felipe²

Resumo: Esta pesquisa se dedica a examinar diferentes concepções sobre memória e sua importância, tanto no plano individual, quanto no coletivo. Analisa como a memória impedida, ou o esquecimento imposto de momentos de dor, perturbam o presente e insistem em ser lembrados. Será exposto como as narrativas ficcionais convidam a refletir sobre o papel da memória para os que viveram experiências traumáticas na Ditadura Militar, período marcado pela violência, pelo autoritarismo e pelos crimes não penalizados. O livro *K. Relato de uma Busca*, do escritor Bernardo Kucinski, publicado em 2011, exhibe a trajetória da família do escritor, que sofreu perdas irreparáveis durante esse período.

Palavras-chave: memória; ditadura; trauma.

Abstract: This research is dedicated to examining different conceptions of memory and its importance, both individually and collectively. It analyzes how the impeded memory, or the forced oblivion of moments of pain, disturbs the present and insists on being remembered. It will be exposed how fictional narratives invite someone to reflect on the role of memory for those who lived traumatic experiences in the Military Dictatorship, a period marked by violence, authoritarianism, and unpenalized crimes. The book *K. Relato de uma Busca*, by Bernardo Kucinski, published in 2011, shows the trajectory of the writer's family, which suffered irreparable losses during this period.

Keywords: memory; dictatorship; trauma.

¹ Mestranda, UFSM.

² Doutora, UFSM.

1. INTRODUÇÃO

Reflexões acerca da memória têm se tornado cada vez mais relevantes, visto que a sociedade está marcada pelo imediatismo e pela intensificação do instantâneo, os quais desencadeiam significativas modificações no âmbito da memória. Por meio da memória se dá sentido à vida, constrói-se uma identidade, ordena-se o processo temporal e histórico, adquire-se experiências e informações que influenciarão no comportamento. Compreender o que é memória e sua importância tem sido o objeto de interesse de muitos pesquisadores, desde a antiguidade. Os filósofos gregos Platão e Aristóteles descreveram a memória não apenas como presença de uma ausência, mas também como um esforço de recordação, como uma luta contra o esquecimento, como rememoração (também conhecida como anamnese).

Este artigo trará ponderações teóricas interdisciplinares, por envolver considerações do âmbito da Filosofia, Sociologia e História, relacionadas à memória. Serão apresentadas, de início, algumas concepções de memória e suas funções, seguidas de reflexões acerca da memória no período da Ditadura Militar no Brasil. Posteriormente, o foco recairá sobre como a literatura pode ser um ponto de partida para questionar posicionamentos autoritários nas esferas governamentais; por fim, será analisada a obra *K. Relato de uma busca* (2016), de Bernardo Kucinski, que exhibe uma experiência vivida do período ditatorial, que também deixou marcas no processo histórico e político brasileiro.

2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE MEMÓRIA

A memória, como define o filósofo francês Paul Ricoeur (2007), é uma representação pretérita, resgatada pela imagem-vestígio de uma experiência

atravessada pela temporalidade, é recorrente de uma habilidade imaginativa, isto é, a capacidade de evocar e formular imagens, dando sentido ao passado. Quando se pensa ou se lembra, cria-se uma imagem mental que fica na memória. Por essa perspectiva, ela se manifesta em forma de narrativa, contando com um conjunto de nexos que representam experiências e ações imaginadas ou vivenciadas. Em alguns casos, a memória é o único recurso que o indivíduo dispõe para representar, no presente, uma experiência vivida no passado.

Acerca da memória, o historiador e professor Enrique Serra Padrós (2001, p. 79) aponta que: “A palavra memória, de origem latina, deriva de *menor* e *oris*, e significa ‘o que lembra,’ ligando-se, assim, ao passado; portanto, ao já vivido”. A memória, através de um conjunto de funções psíquicas, acumula e conserva informações e experiências passadas, utilizadas posteriormente. Para Marilena Chauí (2000, p. 158): “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total”.

Salientando a importância da memória, o professor de Antropologia Joel Candau (2016) descreve que sem ela o ser humano seria vazio, não poderia lembrar-se de sua gênese, viveria sem consciência e não teria conhecimento de si mesmo. “Sem memória, o sujeito se esvazia, vive unicamente o presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas” (p. 59).

Recorrer à memória para narrar fatos é algo antigo e necessário aos humanos. Entre as funções da memória está a oportunidade de visitar o passado, entender o presente e melhor conceber o futuro. A memória conserva as lembranças da história, que servirão de base para leituras e sentidos. Como afirma Padrós (2001, p. 80): “a memória tem a capacidade de selecionar, organizar e sistematizar lembranças daquilo que já foi vivenciado.” Portanto, ao acessar o passado, pode-se organizar refletir e compreender o presente, bem como projetar de forma mais assertiva o futuro.

Apontando que a memória não é apenas um atributo individual, Ricoeur (2007) menciona existir memória individual (olhar interior) e memória coletiva (olhar exterior). Quando se lembra de fatos, como ter residido ou viajado para determinado lugar, essas lembranças “tecem ao mesmo tempo a uma memória íntima e uma memória compartilhada entre pessoas próximas.” (p. 157), ou seja, a memória individual está intimamente ligada a uma memória coletiva. É desse processo dialético entre memória individual e memória coletiva que surgem narrativas de histórias de vida.

Por meio da memória, acumulam-se experiências e se criam significados para o cotidiano, sendo ela a base do conhecimento, pois sem a memória não haveria senso de continuidade, não existiria aprendizado com passado, nem projeção de futuro. A memória faz parte de uma construção social, com experiências compartilhadas, evidenciada durante o processo histórico de uma sociedade. Segundo Padrós: “A memória passa a ser um fator fundamental de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos como desempenha, também, uma função importantíssima, tanto na preservação da experiência histórica acumulada, de valores e de tradições, como, em muitas situações, pretende ser a depositária da própria história.” (2001, p. 80).

Dessa forma, a memória não é apenas uma construção social ativa do passado, ou uma repetição exata de momentos pretéritos, mas sim uma reconstrução de fatos históricos que cada indivíduo realiza, dependendo de seu contexto social, em interação com outros.

A memória coletiva constrói a identidade de uma comunidade, pois as experiências compartilhadas fazem parte de um processo de pertencimento de um grupo e uma fonte valiosa de conhecimento histórico. Como explica Joel Candau, a memória e a identidade se tecem de forma mútua em um processo dialético: “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se

nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.” (2016, p. 16).

Por ser algo em aberto, a memória permite ser revisitada. Através dela, informações são recuperadas na busca de novos sentidos e novas perspectivas. Ao recorrer a esses elementos, é possível reconstruir episódios violentos e traumáticos do passado, como o período da Ditadura Militar. A literatura pode ser um ponto de partida para refletir e repensar nesse período da história, na medida em que pode reconfigurar e reescrever histórias, oferecendo, assim, aos leitores, uma possibilidade de futuro com mais dignidade.

3. MEMÓRIA DIANTE DA DITADURA MILITAR

Um marco histórico brasileiro, que envolveu processos de lutas e deixou marcas na memória da sociedade brasileira, foram os denominados “anos de chumbo”, parte mais opressiva do período ditatorial, que corresponde aos anos entre 1968 e 1975, período de vigência do AI-5, momento esse em que foi instaurado um regime de exceção, com repressões e o fim da liberdade, o que resultou em violência e muitos crimes bárbaros.

As lembranças desse período traumático da história brasileira têm um grau de pertencimento a uma comunidade, os valores, junto com os símbolos que a sociedade sustenta, identifica a coletividade. Padrós (2001, p. 83) afirma que “Lembranças, símbolos e valores identificam o coletivo no espaço e no tempo. São elementos carregados de memória. Memória coletiva.” Como objeto de disputa, a memória coletiva, pode ser usada nas relações de poder da classe dominante para silenciar e impor o esquecimento. “Os responsáveis pelos anos de chumbo latino-americanos sabem que o desconhecimento impede o posicionamento consciente; sabem, também,

do potencial de inércia que possui o esquecimento coletivo”. (p. 84). Dessa forma, silenciar algumas vozes tem sido mais relevante do que dar ouvido a elas.

Esse período sombrio, em especial para aqueles que lutavam por um país mais justo e democrático, teve como marco a impunidade e a injustiça brasileira. Policiais e militares tinham carta branca para perseguir, torturar e eliminar os opositores, que lutavam por seus ideais, alguns desses desapareceram por completo e seus corpos nunca foram encontrados. O governo brasileiro, além de não assumir a culpa por esses crimes atroz, ainda condecorou ditadores e torturadores.

A ferida se agravou quando, em 28 de agosto de 1979, foi promulgada a Lei da Anistia (Lei 6.683/1979), que beneficiou os criminosos e militares responsáveis pela crueldade e por muitas dessas mortes. Segundo Eurídice Figueiredo: “No caso da anistia brasileira, ela foi injusta porque protegeu e ocultou os culpados pelas torturas e assassinatos, impedindo a apuração da verdade e punição dos responsáveis” (2017, p. 24).

A memória política não é cultivada no Brasil, porque a Lei da Anistia provocou amnésia, ou esquecimento de atos cruéis; “enquanto vigorar essa lei iníqua que perdoou os torturadores e os assassinos, o Brasil não ousará olhar para seu passado, continuará sendo um país desmemoriado, ou como diz B. Kucinski, um país que sofre de Alzheimer.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 26). A impunidade pode servir como incentivo para novos crimes ou atos violentos. Janaina Teles comenta que as vítimas e seus familiares não tiveram direito a voz:

Se alguns países latino-americanos se dedicaram à criação de novos investimentos em direitos humanos, o Brasil manteve-se como modelo de impunidade e não seguiu sequer a política da verdade histórica. Houve aqui uma extensa ditadura, mas os arquivos públicos não foram abertos e as leis de reparação somente ouviram o reclamo das vítimas por meio de frios documentos; não deram direito à voz e não apuraram as circunstâncias das mortes e desaparecimentos. (TELES, 2010, p. 315).

Resgatar o passado é importante para entender o presente e projetar o futuro, a memória é uma construção que liga ou relaciona elementos espaciais, temporais, identitários e históricos; sendo assim, será sempre importante recuperar o passado. Walter Benjamin (1994, p. 223) afirma que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado”.

4. MEMÓRIA E LITERATURA

A literatura pode ser um instrumento importante para a preservação da memória. Por meio dela, é possível impedir o esquecimento, além de estimular reflexões sobre ações questionadoras que merecem um olhar mais atento.

A análise de objeto literário permite compreender processos identitários, culturais e históricos, em especial quando o texto traz dinâmicas de representação do passado que deixaram marcas individuais e coletivas. A memória criadora de sentido, no interior do discurso literário, é capaz de transmutar elementos ligados ao trauma e à dor em experiência estética compartilhada. Por ter caráter subjetivo, a memória está aberta a interpretações, é fragmentada e correlacionada à literatura.

No período de Ditadura Militar, a literatura brasileira se dedicava aos romances e envolvia-se com o realismo. O momento de severa repressão pode ter inibido muitos de escreverem suas experiências e angústias. Somente após algum tempo, pela necessidade de ecoar as vozes, é que surgiram narrativas com teor testemunhal. Um elemento singular dessa literatura é a fragmentação dos textos ao expor experiências traumáticas.

Ao transmitirem suas vivências dolorosas, alguns indivíduos conseguem superar a dor na busca de sentido, sendo as narrativas uma necessidade de sobrevivência para muitos. A produção da linguagem, para expressar momentos de fragilidade, deve levar

em conta os sentimentos envolvidos, mostrando empatia e sensibilidade. Nelly Richard (2002) evidencia que, em vez do discurso técnico, frio e objetivo da sociologia, a literatura tem se mostrado a melhor forma de expor as memórias feridas e sensíveis. “Enquanto isso, os textos críticos da arte e da literatura... procuravam confeccionar equivalências sensíveis, que colocassem, em correlação de signos, o desastre categorial dos sistemas de representação social, com uma experiência da linguagem feita de orações inconclusas, de vocabulários extraviados, de sintaxe desarmada.” (p. 89).

Os elementos ficcionais são fundamentais para narrar eventos traumáticos, servindo de base para reflexões no presente e de aprendizado para o futuro. A literatura tem o poder de recriar e expor: “a dor e o sangue, as lágrimas e as feridas que se abriram no corpo da Nação e na lembrança traumática dos sobreviventes” (FIGUEIREDO, 2017, p. 44).

Muitos se valem das narrativas ficcionais como forma de terapia, evidenciando a necessidade de externalizar o trauma, o que acaba sendo importante também para o exercício da empatia, visto que estimula o leitor a sentir a dor alheia. “Em suma, só a literatura é capaz de suscitar a figuração do Outro, do diferente, aquele que não podemos conhecer se não sairmos de dentro de nós mesmos. Só através da literatura podemos vislumbrar o Outro que nos habita, porque a identidade só se perfaz no encontro com a alteridade, inclusive nossa própria alteridade” (FIGUEIREDO, 2017, p. 45).

A literatura pode apresentar, de forma mais aguda que a historiografia, acontecimentos traumáticos. É capaz de sensibilizar para o uso da empatia ao expor casos reais de dores e perdas que afetaram muitas pessoas. Devido à sua fragmentação, a memória está sempre em busca de preencher os espaços, e a literatura, com os personagens ficcionais, pode ocupar essas lacunas, representando a

precariedade, o obscuro à dor, com uma linguagem mais afetiva, possibilitando rememorar e reimaginar muitas experiências traumáticas ignoradas ou silenciadas.

Essas considerações servem como base da análise do romance do escritor, jornalista e professor, Bernardo Kucinski, em *K. Relato de uma busca* (2016a). As reflexões feitas por esse romance buscarão compreender como o fenômeno memorial de um acontecimento traumático e violento pode refletir nos indivíduos e na sociedade, quando acessada pelos olhares intempestivos do presente sobre o passado, tendo como recurso a memória.

5. O ROMANCE *K. RELATO DE UMA BUSCA*, DE BERNARDO KUCINSKI.

A obra *K. Relato de uma busca* (2016) ocupa-se da história de Ana Rosa Kucinski Silva, irmã do autor, Bernardo Kucinski, uma militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), professora doutora do Instituto de química da USP, casada com Wilson Silva, ambos sequestrados, torturados e mortos na cidade de São Paulo. Para contar a experiência vivida pela família, o autor dispõe da ficção para manifestar as ironias e as incongruências desse período dramático.

A saga gira em torno de um pai em busca da filha desaparecida com seu marido, no período da Ditadura Militar. Esse pai é Meir Kucinski, um imigrante polonês que chega ao Brasil em 1935. Por ser testemunha do desaparecimento da filha, Kucinski é afetado diretamente, se tornando tão vítima quanto à filha desse período sombrio da história brasileira. O abandono por parte das autoridades, o sentimento de culpa infligido aos familiares e a revolta diante da falta de respostas impulsionam a construção de *K. Relato de uma busca*.

A ficção serve de base para Bernardo Kucinski relatar acontecimentos traumáticos de sua família, posteriores ao desaparecimento de sua irmã Ana Rosa, em 1974, provavelmente morta na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). O autor inicia sua

escrita dizendo: “Caro leitor: tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”. (KUCINSKI, 2016a, p. 11) Isso para mostrar que, embora o pano de fundo seja o relato de uma pessoa real, “a literatura sempre lidou com a verossimilhança, não com a verdade, mesmo se o autor se inspire nos fatos de sua vida.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 123).

O enredo desenrola-se em torno da busca de um pai aflito por informações que auxiliem a encontrar sua filha, embora as evidências indiquem sua morte. O pai, de forma insistente, se dedica a saber, o que teria acontecido com Ana Rosa. Ao longo da narrativa, há episódios que sinalizam véis de esperança, criando suspense e levando o leitor a se envolver nesse ambiente de incertezas.

O sentimento de culpa está presente em duas temporalidades. No primeiro plano, com o nascimento de Ana Rosa, em 1942. Sua mãe, uma mulher triste, rememora o período de guerra, no qual sua família, assim como a maioria dos judeus, foi dizimada em Wloclawek, na Polônia: “na cabeça da mãe, a gravidez ficou associada ao extermínio... uma gravidez angustiante em que sentir alegria implicava sentir culpa por estar viva e a família morta”. (KUCINSKI, 2016b, p. 28). Essa mãe depressiva, não sente alegria com o nascimento da filha, o sentimento negativo de culpa e tristeza fica evidente quando essa mãe se refere à filha como feia.

O segundo substrato temporal que marca a presença da culpa está exposto nos anos de 1974, quando Ana Rosa desaparece e seu pai empreende uma busca incansável por ela. O personagem rememora cenas da vida da filha, contempla suas fotos, desde a infância até a vida adulta, fase que atesta o afastamento de Ana Rosa dos familiares, já que ela se casa às escondidas: “Esse distanciamento nos últimos tempos reforça a solidão e o sentimento de culpa de K.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 129). O pai passa a ver a si mesmo como descuidado em relação à filha, já que dedicara a sua vida ao estudo do iídiche³, uma língua morta, que não merecia tal devoção.

³ Iídiche, língua falada pelos judeus da Europa Oriental no século XX.

O sumiço dos corpos é outra fonte de aflição, visto que a sua ausência impede que os familiares elaborem e vivam o luto. Sem os rituais de despedidas, a dor se torna ainda maior, a tortura continua: “Mata-se a vítima e condena-se toda a família a uma tortura psicológica eterna”. (FIGUEIREDO, 2017, p. 107). Para o pai, não havia mais esperança de encontrar sua filha viva, porém ele desejava recuperar o corpo para oficializar o enterro, colocar uma lápide para ela. “O sumiço do corpo representa um grande desrespeito, pois é próprio da morte humana a cerimônia do enterro ou da cremação; não devolver o corpo aos familiares é tratar a pessoa como animal” (p. 135).

Por várias vezes o pai deixa transparecer a necessidade de recuperar o corpo da filha para a realização do enterro, da lápide e da oração fúnebre. Pensa em homenagear a filha por escrever um livro, porém chega à conclusão que não é possível: “escrever bonito, sobre uma coisa tão feia” (KUCINSKI, 2016a, p. 128). Sem nunca encontrar o corpo e vencido pelo cansaço, esse pai passa de uma referência de escritor, poeta e professor, para uma perspectiva sem valor: “Já não é mais nada. É o tronco inútil de uma árvore seca.” (p. 85).

O capítulo “A terapia” deixa evidente a violência que ocorreu nesse período. O relato apresenta uma jovem, chamada Jesuína, em uma perícia médica, alegando sofrer de alucinações que não a deixam dormir nem trabalhar. Jesuína sofre com os traumas por presenciar momentos de torturas e execuções na Casa da Morte em Petrópolis. Embora ela não tivesse acesso a todos os lugares da casa, ela desejava descobrir o que se passava na garagem, para onde os presos eram enviados e nunca retornavam. Certo dia, ao ficar sozinha na casa, ela consegue observar o local. Interrogada pela terapeuta, Jesuína diz:

A garagem não tinha janela, e a porta estava trancada com chave e cadeado. Uma porta de madeira. Mas eu olhei por um buraco que eles tinham feito para passar a mangueira de água. Vi uns ganchos de pendurar carne igual nos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue. (KUCINSKI, 2016 a, p. 124).

A narrativa não expõe se Jesuína conhecia a real situação histórica do Brasil; no entanto, aproxima o trauma vivido por essa moça ao trauma histórico da nação brasileira causado pela Ditadura Militar. O universo ficcional pode ser um ponto de partida para se pensar no trauma que muitos sofrem ao terem vivenciado momentos de tanta crueldade. Na narrativa, Jesuína diz: “até hoje escuto os gritos, tem muito grito nos meus pesadelos” (KUCINSKI, 2016a, p. 120). Os gritos de algumas vítimas ainda ecoam na sociedade brasileira, clamando por justiça há mais de três décadas. Muitos familiares não tiveram tempo ou não conseguiram fazer nada para ajudá-los, e mais agravante ainda é que não tiveram os corpos de seus entes queridos para se despedirem.

A memória constitui-se como base para todos os períodos da narrativa; com o desdobramento do enredo, percebe-se a busca de ressignificação do passado e as consequências de um trauma. São muitos os efeitos que a dor pode causar: “Além das sequelas físicas, a tortura deixa sequelas psíquicas e emocionais, com a desestruturação da personalidade que pode levar o sujeito à loucura e ao suicídio.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 83).

Outro capítulo que chama atenção é “As ruas e os nomes”, que reporta sobre o projeto de lei de um vereador para homenagear os desaparecidos políticos. O loteamento destinado para tal feito era um lugar periférico distante do centro da cidade e sem planejamento, bem ao contrário dos nomes das ruas dedicadas aos ditadores, sanguinários que mataram muitas vítimas. Kucinski, tomado de indignação, passa a perceber que os torturadores eram homenageados com avenidas e ruas importantes. Segundo ele “todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua.” (KUCINSKI, 2016a,p. 29).

Em sua obra Bernardo Kucinski não visa celebrar a memória, mas, depreender desta para causar reflexão e sensibilização sobre o presente. A indignação de seu pai se arrasta até nossos dias. É possível perceber em muitas ruas das cidades brasileiras, nome de ditadores considerados “heróis”. Talvez muitos de nós, como o narrador, não estejamos considerando esse fato. “Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos, torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade.” (KUCINSKI, 2016a, p. 152).

Ao refletir sobre o capítulo “As ruas e os nomes”, é possível observar que se faz necessário um comprometimento político ao visitar, esclarecer e acertar contas com o passado. Fazer justiça talvez não seja possível, dado que as vítimas perderam suas vidas, e não voltarão; porém, a reparação do erro pode ser uma forma de transformar o presente. “A busca desses familiares está carregada das dimensões ética e política. Ainda que não possamos recuperar muitos dos eventos da luta revolucionária ou da resistência à ditadura, essas histórias reiteradamente contadas e modificadas irrompem no presente e delas podemos extrair seus tesouros, que o tempo sedimenta.” (TELES, 2010, p. 298).

Indiferença é outro elemento marcante que faz com que K vivencie um terrorismo psicológico. Inúmeras informações falsas, ou a falta delas, levam esse pai a procurar organizações que deveriam servir de amparo, como a Cruz Vermelha, Anistia Internacional, American Jewish Committee e até a Comissão de Direitos Humanos da OEA, todos, sem sucesso. Vencido pelo cansaço, “[o] velho pai visita presos políticos que conheceram sua filha, leva para eles cigarros e barra de chocolate; é nesse local, 14 meses depois do desaparecimento da filha, que é sugerido seu fim, sua morte.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 131).

A indiferença só contribui para estender o sofrimento e para ferir a memória individual e coletiva. É fundamental questionar, desmentir, corrigir, criticar e se posicionar diante dos fatos históricos. A literatura pode ser um instrumento

importante, não só para depositar marcas individuais e coletivas, como para impedir o esquecimento, permitindo a convivência com essas memórias e estimulando reflexões de ações questionadoras que merecem um olhar mais atento. Sobre o esquecimento Teles assume que “[o] esquecimento é impossível para aqueles que viveram situações-limite como o assassinato sob tortura e o desaparecimento forçado... Assim, os familiares provocam, perturbam, interrogam e redimensionam o presente. Como sobreviventes de um tempo difícil de rememorar, ao colecionarem os fragmentos que fazem lembrar os seus, assumem-se como os herdeiros da dor.” (2010, p. 298).

Dependendo da óptica e dos interesses, o esquecimento e a ausência da memória, podem ser reforçados e celebrados. Temendo as consequências que o resgate da memória trará, muitos querem evitá-la, enquanto outros precisam recuperá-la como a única oportunidade de reparação de erros. Conforme expõe Ricoeur (2007), para esses vencidos, o esquecimento é deplorado, pois, está ligado ao apagamento dos rastros, sendo necessária uma luta contra o esquecimento, revisitando as lembranças para registrar os fatos.

A busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à “rapacidade” do tempo (Santo Agostinho dixit), ao “sepultamento” no esquecimento. Não é somente o caráter penoso do esforço de memória que dá à relação sua coloração inquieta, mas o temor esquecido, de esquecer de novo, de esquecer amanhã de cumprir esta ou aquela tarefa; porque amanhã será preciso não esquecer... de se lembrar... de dever de memória... Assim, boa parte da busca do passado se encaixa na tarefa de não esquecer. (RICOEUR, 2007, p. 48).

A tarefa de esquecer não tem sido possível para as vítimas. Os arquivos negados não permitem a elaboração do luto e a reparação histórica. Ainda se espera que os criminosos sejam responsabilizados e que a justiça seja aplicada, e reparem esse grande mal a muitas famílias e a uma nação. “O país ainda está aguardando que as Forças Armadas liberem os arquivos secretos em seu poder e façam um pedido formal

de desculpas pela tortura e morte de pessoas, realizadas em dependências militares, oficiais ou clandestinas.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 19).

Com o desaparecimento dos corpos, a família Kucinski foi impedida de oficializar o luto e colocar uma lápide, que configurava a morte do casal, ficando o livro encarregado desse simbolismo. O autor, Bernardo Kucinski, encontrou na obra uma forma de homenagear sua irmã e impedir o apagamento dessa história, o livro representa “pequenas lápides de um túmulo até hoje inexistente.” (KUCINSKI, 2016a, p. 52). Ao relatar uma experiência vivenciada em família, o autor reconstrói uma história presente na memória dos que ficaram, bem como rememora a relatos de uma coletividade em estado de amnésia. Segundo Teles “as famílias guardam e resguardam a memória dos seus, sonham de maneira apaixonada com os caminhos de um mundo melhor, mais justo, livre da impunidade.” (TELES, 2010, p. 298).

A narrativa de *K. Relato de uma busca* não segue uma linearidade, os episódios podem ser lidos de forma independente e aleatória. Esse atributo da escrita deixa claro que não só o conhecimento, mas também a busca de sentido está em contínuo processo de construção.

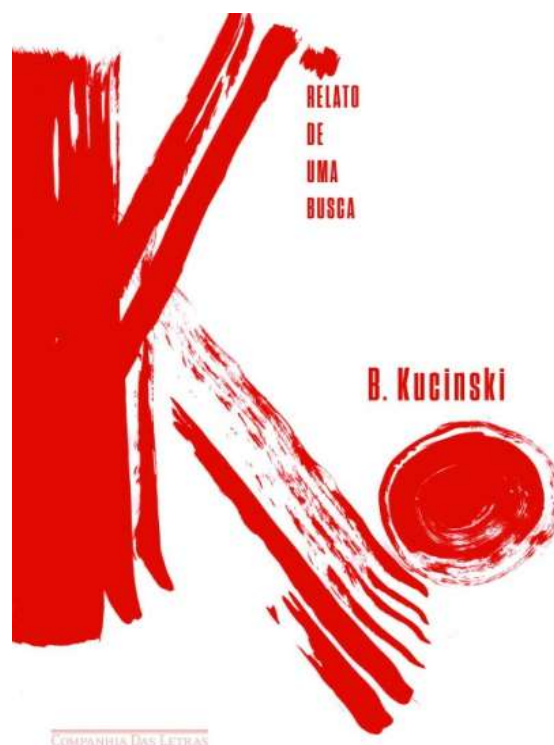


FIGURA 1 — CAPA DO LIVRO *K. RELATO DE UMA BUSCA*, DE BERNARDO KUCINSKI (2016a).

Lançado originalmente em 2011, o livro ganhou uma nova edição em 2016 pela Editora Companhia Das Letras. A capa dessa segunda reimpressão é um canal em aberto de interpretações e um convite para reflexão. É composta por um fundo branco com a letra K ocupando quase toda página em vermelho forte e de forma fragmentada, criando impacto. A cor da letra em vermelho pode estar representando o sangue derramado das vítimas do período ditatorial no Brasil. A grafia da letra K sugere uma boca que ecoa, talvez para denunciar as barbáries cometidas nesse período. Os espaços em branco podem ser representados pelos questionamentos sem respostas, ou pela dor e silêncio deixado pelas vítimas. O subtítulo, “relato de uma busca” compõe uma declaração de que algo está inacabado, oculto e em processo de investigação.

As primeiras pistas em relação ao sumiço do casal só surgiram décadas mais tarde, em 1993: “O ex-cabo do exército, José Rodrigues Gonçalves, durante uma

entrevista nunca publicada à revista *Veja*, em 1993, afirmou que Ana Rosa e Wilson foram presos pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury” (FRIEDMAN, 2016, p. 52), afirmou ainda que o casal foi encaminhado por militares à Casa da Morte em Petrópolis, Rio de Janeiro, onde foram interrogados, violentados, torturados e mortos. Essa versão foi confirmada posteriormente, pelo ex-delegado Cláudio Guerra:

O casal foi preso pelo delegado Sérgio Fleury, em 22 de Abril de 1974, e levado para a Casa da Morte, em Petrópolis, onde foi torturado e executado. Apesar de todas as buscas, durante anos o governo não reconheceu nem a prisão nem a morte deles. O ex-delegado Cláudio Guerra, em depoimento aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros para o livro *Memórias de uma guerra suja*, contou que transportou os corpos dos dois a fim de serem incinerados no forno da Usina Cambahyba, no Rio de Janeiro. “A mulher apresentava muitas marcas de mordidas pelo corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita”. (GUERRA *et al*, 2012, p. 230, *apud*, FIGUEIREDO, 2017, p. 125).

Por ser o relato de uma busca, esse elemento serve de metanarrativa, não somente para o pai, que recorre à busca para encontrar a filha, como para o autor que faz da escrita uma forma de exprimir suas angústias. As indenizações mesquinhas para algumas famílias sobreviventes são colocadas por Kucinski como maneira de enterrar os casos. “Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história.” (KUCINSKI, 2016a, p. 156).

Acontecimentos traumáticos experienciados no período ditatorial devem ser observados não do ponto de vista dos vencedores, mas dos vencidos, dos oprimidos, como evidencia Walter Benjamin (1994, p. 228): “O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida”, ou seja, são os que foram torturados, violentados, mortos ou que tiveram familiares desaparecidos. Como afirma o autor, talvez seja necessário resgatar esse passado atravessado para repará-lo: “O passado só

se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (p. 224).

Ao lançar luz sobre acontecimentos do passado, é possível resgatar posturas questionáveis, ações de opressão, exclusão, tortura e mortes que afetam uma coletividade. Kucinski aproxima elementos ficcionais do real de forma crítica e reflexiva, lançando luz aos relatos e permitindo pensar sobre as consequências desse passado mal resolvido.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura, a memória pode ser representada por elementos ficcionais. Muito mais que relatar fatos traumáticos, as narrativas evocam vozes daqueles que já não podem mais falar. O livro *K. Relato de uma busca*, antes de tudo, é uma denúncia de um período obscuro da nação brasileira, do qual até hoje se espera que os erros sejam reparados. Além de denúncia, a obra serve também como uma luta contra o esquecimento ou o apagamento da história.

A memória histórica da Ditadura Militar brasileira está repleta de lembranças trágicas, tortura e morte de alguns cidadãos que lutavam por seus ideais, como no caso de Ana Rosa e seu esposo Wilson. Relatos como esses revelam a morte simbólica de todos que batalham em defesa de mudanças sociais. Ao articular fatos históricos e políticos do período ditatorial no Brasil com as narrativas literárias, Bernardo Kucinski fez com que o tema voltasse à tona, ressurgindo e ganhando forças. A literatura pode ser o ponto de partida para desvelar o que está na memória desse período da Ditadura Militar, bem como se oferece como convite para se pensar e se posicionar diante de fatos históricos e marcantes.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Romaet, 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

FRIEDMAN, Iris. *Literatura de testemunho e a denúncia de uma voz ausente em Primo Levi e Bernardo Kucinski*. 109 f. Tese (Mestrado em Literatura e Crítica Literária). Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária. Centro de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma Busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

_____. *Os visitantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na história. *Letras, Literatura e autoritarismo*, Santa Maria, nº. 22, p. 79-95, jan./ jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/issue/view/643/showToc>. Acesso em 06 jul. 2001.

RICHARD, Nelly. Citar a violência: a rotina oficial e as convulsões do sentido. In *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 75-92.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

TELES, Edson. Entre Justiça e Violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do sul. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir, (Orgs.). *O que Resta da Ditadura – A Exceção Brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 299-318.

TELES, Janaína de Almeida. Os Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Luta por “Verdade e Justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir, (Orgs.). *O que Resta da Ditadura – A Exceção Brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 253-298.

Recebido em: 25/05/2022

Aceito em: 13/07/2022